

Pensando o conceito de turismo comunitário

Carlos Alberto Cioce Sampaio¹

Resumo: A denominação turismo comunitário é derivada de modalidades do turismo, conhecidas pelos termos turismo cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, como é explorado na fundamentação teórica que se apresenta. Parte-se da denominação de turismo comunitário como uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista. O objetivo deste artigo é refinar ou, melhor, justificar o conceito de turismo comunitário a partir de vivências em Zonas Laboratórios e estudos exploratórios de demais experiências. O turismo comunitário se dá no mundo da vida, por via de uma racionalidade mais solidária, nas comunidades, nas organizações, nos domicílios, onde os problemas e suas soluções acontecem, e raramente são devidamente qualificados. É uma teoria pensada a partir das experimentações e das complexidades do cotidiano, das contradições inerentes à mudança paradigmática que se espera que esteja em curso.

1. Introdução

O turismo comunitário ou turismo de base comunitária, em um primeiro momento, surge como desdobramento do diálogo científico no Brasil a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997. Em um segundo momento, adiciona-se ao debate científico a participação de movimentos sociais na ocasião do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, 2003. Parte-se do pressuposto de que a denominação turismo comunitário é derivada de modalidades do turismo, conhecidas pelos termos turismo cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, como é explorado na fundamentação teórica que se apresenta, todavia, tais modalidades muitas vezes são apropriadas pela lógica que se vença o mais adaptado para atuar na economia de mercado. Como que em países da América Latina, por exemplo, não houvesse desvantagens históricas principalmente de populações tradicionais.

O turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente

¹ Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: sampaio@furb.br

do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (SAMPAIO, 2005). O turismo comunitário vale-se da vitrine que representa o setor de turismo atualmente, o que significa que ele se apropria da racionalidade vigente, contudo privilegiando o cálculo de conseqüências de ganhos coletivos. Fazer cálculos de conseqüências é vital para aprender a conviver com uma racionalidade hegemônica utilitarista, isto é, privilegiam-se resultados econômicos de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e longo prazo, que é a lógica que prevalece nas sociedades urbanas contemporâneas. Saber conviver com esta lógica antagônica é mais do que superar a paralisia de não se fazer nada diante do *Leviatan* - que se não bastasse o Estado *hobbesiano*, agora se tem o Mercado (HOBBS, 2000). É também apreender a conviver com a tolerância a outros modos de vidas, o que não significa necessariamente compartilhar da mesma racionalidade.

O objetivo deste artigo é refinar, ou melhor, justificar o conceito de turismo comunitário proposto por Sampaio (2005).

O conceito de turismo comunitário apresentado tem duas motivações norteadoras. A primeira é de superar a mera crítica que se faz à lógica utilitarista representada pelo seu estereotipo *turismo de massa*, apresentando uma pretensiosa luz no final do túnel. A segunda é apresentar um conceito substantivo, com vida própria, um campo de conhecimento novo, de pretensão transdisciplinar, distanciado da retórica de se tratar de mais uma modalidade de atividade turística aprisionada na vertente utilitarista. Desde já, não se desmerece a importância da geração de trabalho e renda ocasionada pela atividade turística, mas ela por si só não representa a densidade que o conceito turismo comunitário carrega.

Neste trabalho, se tem uma terceira motivação que é de ajustar um conceito teórico surgido de experimentações vividas em Zonas Laboratórios de Educação para o Ecodesenvolvimento e de estudos exploratórios de demais experiências. A primeira Zona Laboratório é a que está localizada no entorno da Lagoa de Ibiraquera (Imbituba e Garopaba, Santa Catarina, Brasil), desde 2001. A segunda está localizada na Micro-Bacia do Rio Sagrado (Morretes, PR), inclusive inspirada na primeira experiência, criada mais recentemente, em 2006. Estas experimentações não se resumem em uma nova alternativa heterodoxa de turismo, e sim de experimentações que possibilitam pensar uma ecossocioeconomia. A ecossocioeconomia se dá no mundo da vida, por via de uma outra racionalidade, nas comunidades, nas organizações, nos domicílios, onde os problemas e suas soluções acontecem, e raramente são devidamente qualificados. É uma teoria pensada a partir das experimentações,

das complexidades do cotidiano², das contradições inerentes à mudança paradigmática que se deseja quando se pensa nas limitações do utilitarismo economicista e que, muitas vezes, não se dá infelizmente na velocidade que se deseja.

O enfoque de uma Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento fundamenta-se em experimentações epistemológicas sistêmico-construtivistas pressupondo que todo conhecimento do mundo permanece hipotético e falível quanto ao vetor espaço-tempo. Reconhecem-se os esforços de elucidação das crenças, valores e atitudes dos atores sociais, distanciando-se da aversão que se tem por subjetividade na perspectiva cartesiana. Compreende-se que a problemática ambiental é uma problemática eminentemente social, que surge da forma como a sociedade se relaciona com a natureza. A ética inspiradora de condução da pesquisas se encontra mais próxima da sabedoria encontrada nos territórios de pesquisa, sob os significados de conhecimentos tradicionais, do que na razão científica, e se reconhece a dificuldade de se determinar as fronteiras entre coletividade e individualidade (POLANY, 1983; BERKES In: VIEIRA *et al.*, 2005; VIEIRA, 2002 e 2003; VIEIRA e RIBEIRO, 1999; ABROMOVAY, 2002; VARELLA, 2003; MAX-NEEF, 2005).

Privilegiam-se nas Zonas Laboratórios a gestão ecossistêmica que combina seis princípios: (1) Princípios da saúde do ecossistema que consiste na descrição de estados desejados ou ideais do meio ambiente; (2) Perspectiva bio-regional considera tanto características naturais da área quanto o senso do lugar e os padrões de uso da terra das populações locais na definição das unidades de gestão; (3) Gestão transescalar reconhece que os ecossistemas funcionam em diferentes escalas temporárias e geográficas; (4) Pesquisa transdisciplinar pactua uma coordenação de todos os campos de saberes disciplinares, multidisciplinares e interdisciplinares; (5) Gestão adaptativa reconhece a imprevisibilidade das interações entre as pessoas e os ecossistemas, na sua dinâmica co-evolutiva, iterativo, envolvendo retro-alimentações entre os níveis da pesquisa e da gestão; e (6) Processos com múltiplos atores sociais envolvidos promovem tomadas de decisões consensuais, fomentando a aprendizagem social e encorajando os diferentes parceiros a apreciar melhor os valores e as necessidades alheias e a trabalhar juntos pela concretização de um objetivo comum (GADGIL, 2000; JOHNSON *et al.*, 2003).

2. Reflexão Teórica e Empírica do Turismo Comunitário

O turismo comunitário é uma estratégia de comunicação social para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida. As

² Sachs (1986a, 1986b) sugere uma enciclopédia do cotidiano.

comunidades tradicionais se definem por critérios geográficos - como um território isolado -, culturais - compartilhando costumes, usos e tradições, e feixes de hábitos -, ou por funções socioeconômicas - variando por modos de produção e distribuição (BARRETO, 2004; GEERTZ, 1989). Comunidades e seus modos de vida se confundem, entre elas, extrativistas, pesqueiras artesanais, jangadeiros, ribeirinhos, pequenos agricultores familiares, faxinalenses³, indígenas, quilombolas, caiçaras e tantas outras. Tais comunidades mesmo que ainda possuam grau de descaracterização, frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, são identificadas como sendo tradicionais. O que possibilita encontrar no seu âmbito o principal atrativo do turismo comunitário, a convivencialidade, um tipo de hospitalidade de inspiração solidária. Característica esta que se tornou exótica no âmbito do modo de vida urbano.

Convivencialidade é uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidade tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros. Na sua essência supera a mera relação de negócio, possibilitando resgatar e reconstruir a interconectividade entre modos de vida distintos (congregando tipos de conhecimento - formal com tradicional - e culturas - ocidentalizadas com tradicionais) e entre sistemas sociais e ecológicos (ILLICH, 1976; IRVING e AZEVEDO, 2002; CORIOLANO e LIMA, 2003; SAMPAIO 2004, 2005; SAMPAIO *et al.*, 2006).

Nesta ambigüidade entre comunidades e seus modos de vida se encontra o conceito de território que pode ser definido como um espaço concreto da natureza no qual uma sociedade determinada reivindica e garante aos membros a possibilidade de direitos estáveis de acesso e uso sobre a totalidade ou parte da biodiversidade existente que nela deseja ou é capaz de utilizar (GODELIER, 1984 *Apud* DIEGUES, 2000). Diegues complementa que o território fornece os meios de subsistência e de produção e, ao mesmo tempo, cria uma dinâmica social que o diferencia - seus modos de vida próprios -, tanto quanto seus aspectos físicos que o limitam. O território é também o *locus* dos sistemas de representações, identidades, símbolos e mitos que as populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio ambiente em que vivem. O imaginário popular das populações tradicionais encontra mecanismos próprios de conservação da biodiversidade, podendo determinar lugares da floresta e determinadas espécies de fauna e flora como sagrados, restringindo assim áreas de visitação ao turismo (DIEGUES, 2000).

³ Os faxinalenses são comunidades de pequenos agricultores familiares que possuem áreas comunais de criação pecuária e de proteção ambiental, sobretudo no Paraná.

O turismo comunitário oportuniza que visitantes conscientes - estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes - tomem contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais). Além da convivencialidade, outro atrativo é o de vivenciar a dimensão espaço-tempo regulada pelo sol, pela lua e pelas chuvas, enfim, pelas estações do ano. Que o relógio de pulso do visitante seja regulado pelo ciclo natural de um modo de vida mais conectado com a natureza. Tais experiências vêm sendo organizadas e viabilizadas por Organizações Não-Governamentais (OnGs), tais como o Instituto Terramar (atuando no litoral cearense), Instituto LaGOE (atuando na faixa costeira do Paraná) e AGRECO (atuando na zona rural catarinense), fomentando e monitorando um turismo de baixo custo, gerando trabalho e renda local, constituindo redes de ajuda que articulam esforços para atenderem as demandas comunitárias e que, ao mesmo tempo, estreitam laços com os próprios visitantes, caracterizando um consumo solidário (McGEHEE, 2002; SAMPAIO *et al.*, 2007a). Há de destacar que o contato com os visitantes estrangeiros fortalece ainda mais os laços com a população visitada, o que contribui para que os encontros interpessoais minimizem ou desfaçam preconceitos entre as partes em contato (PEARCE *In*: THEOBALD, 2002).

Quando se referem às comunidades, sobretudo as tradicionais, sabem-se que essas populações na sua grande maioria estão descaracterizadas culturalmente em diferentes graus. Entretanto, o que importa é a identidade cultural que se quer resgatar das comunidades tradicionais ou o pouco que delas se desejam conservar. Se ainda não bastasse, turistas ao se deslocarem de centros urbanos às comunidades predominantemente tradicionais à busca de experimentações alternativas de modos de vida ao padrão urbano, ao se deslocarem às comunidades levam consigo muitas vezes, sem se dar conta, patologias deste modo de vida materialista e consumista que queriam evitar, tal como se ouve no dito: *só está faltando uma coisa para essa aldeia ser perfeita!* Como que a cultura dominante tivesse muito que ensinar a pobres ignorantes (GRÜNEWALD, 2003)!

Contudo, as populações autóctones não são influenciadas de maneira unilateral e passiva pelos visitantes (turistas), isto é, como que as comunidades tradicionais também não os influenciassem. Isto é, o turismo não pode ser visto como mera figura greco-romana de um gladiador que luta contra culturas autóctones, tal como se vê no seu extremo na política de turismo na República Popular Democrática da Coreia (do Norte), na qual os turistas estrangeiros são submetidos ao rigor do regime de Estado: os atrativos turísticos são determinados por temas políticos ideológicos, os hotéis são de propriedade e de controle estatal

e todo visitante ou grupo de excursão possui guia monitorado pelo governo. Inclusive, visitantes de determinadas nacionalidades, como norte-americanos, não conseguem vistos de entrada no país. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente espetacularizar a autenticidade dessas culturas (PAGDIN, 1995; GRÜNEWALD, 2002; BARRETTO, 2004; KIM *et al.*, 2006). Por conseqüência, a autenticidade não é um conceito fechado em si mesmo, ele é negociável em seu significado, isto é, todas as culturas que se tornaram viáveis ao longo do tempo acabam de refazendo a si próprias. Da mesma maneira, as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos (GREENWOOD, 1982; COHEN, 1988; NASH, 1996; DIEGUES, 2000). Imaginar que exista atualmente a predominância de uma cultura ocidental homogênea seria um equívoco sobre tais argumentos.

A questão que se apresenta é como equacionar melhor as vantagens das atividades do turismo em uma comunidade sem deixá-la (a comunidade) com os problemas geralmente encontrados pelo turismo de massa: ociosidade de mão-de-obra local durante a maior parte do ano, elevação anormal de preços, especulação imobiliária, segregação entre nativos e visitantes, trânsito, violência (consumo de drogas), prostituição e vulgarização da autenticidade (MERCER In: THEOBALD, 2002). Surgem, então, modalidades menos evasivas, contudo que não devam ser confundidas com o turismo comunitário, turismo cultural ou etnoturismo (incluindo o turismo indígena), ecoturismo e agroturismo.

O turismo cultural se volta para a observação ou convívio de estilos de vida tradicionais (BARRETO, 2004). Mesmo podendo ser considerado como turismo cultural, o turismo indígena se restringe a observação ou convívio com povos de nações minoritárias sujeitadas às histórias coloniais, mas com direitos que preservam sua autonomia (ILO, 1991). Contudo, o turismo cultural acaba sendo apropriado como produção cultural do mercado, ou melhor, das empresas que se interessam produzir ou realçar determinado traço cultural, mesmo que esse não tenha mais, e no melhor dos casos do fomento governamental em políticas de revitalização cultural. Assim, há de se atentar quanto ao risco tanto de exotização ou espetacularização dos modos de vida tradicionais como que fossem meras mercadorias, exemplificado pela comercialização da imagem do povo Maori (Nova Zelândia) como que fossem grandes guerreiros (GARROD e FYALL, 1998; RYAN, 2002). Por outro lado, há um grande potencial quando se trata de atrações turísticas culturais, exemplificadas em quatro conjuntos: festivais e atrações musicais; parques comerciais de recreação; festividades e feiras locais; e eventos relacionados à procura de conhecimento e estética. No entanto, a maioria dessas atrações são

ofertadas em espaços urbanos (KIM *et al.*, 2007). Aliás, um dos atrativos que vem chamando atenção no turismo comunitário (na Micro-bacia do Rio Sagrado, Morrestes, Paraná) é uma feira local de trocas solidárias realizada mensalmente (Sampaio *et al.*, 2007b).

Embora se tenha oitenta e cinco definições de ecoturismo⁴, o termo atualmente está vulgarizado, sobretudo, quando esta modalidade de turismo é apropriada pela lógica utilitarista, como exemplificado na ocasião de uma desapropriação de terras comunitárias por um megaempreendimento tipo *resort* ecológico. Se ainda não bastasse, acaba cercando a praia e não possibilita nem se quer o trânsito de pedestres que ali passavam por gerações. Para que possa ser chamado como ecoturismo, Blamey (1997, 2001) sugere satisfazer três critérios. Primeiro, os atrativos deveriam ser predominante baseados na natureza; segundo, a interação dos visitantes com esses atrativos deveriam ser inspirados sob um enfoque educativo. Combinando estes dois primeiros critérios, exemplifica-se o ecoturismo vinculado a áreas públicas protegidas e, também, na crescente oferta do ecoturismo em áreas privadas protegidas, sobretudo na América Central (especialmente na Costa Rica), Brasil e África (WEAVER e LATON, 2007). Terceiro, o produto ecoturístico deveria seguir princípios e práticas associados à sustentabilidade ecológica, sociocultural e econômica. Para Scheyvens (1999), a principal motivação para viagem relacionada ao tema do ecoturismo é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa. Para Laarman e Durst (1987) o ecoturismo, como produto turístico, pode ser classificado entre *soft* e *hard* ecoturismo. O *soft* ecoturismo é associado com serviços e facilidades de alto padrão, mediando o encontro entre visitantes e o espaço natural no qual se respeita a capacidade de carga dos ecossistemas. Enquanto que o *hard* ecoturismo se relaciona com serviços e facilidades de padrão do que se conhece por *ecohostel* (hospedarias), como se vê em experiências que vão à direção do turismo comunitário.

O Agroturismo refere-se a um conjunto de serviços requeridos por visitantes e turistas que desejam adquirir a experiência de conhecer a vida de uma pequena propriedade rural (SCHAERER e DIRVEN, 2001; OYARZÚN e CARCAMO, 2001; HERNANDEZ MAESTRO *et al.*, 2007). As atividades turísticas são realizadas em áreas rurais e há predominância de estadias curtas provocada por ausência de roteiros turísticos. A dificuldade de roteirização entre as propriedades, no caso latino americano, muitas vezes se dá pelas distâncias e a má conservação das estradas de terra, além de muitas propriedades oferecerem serviços muito

⁴ Fennell (2001) Apud Weaver e Laton (2007) identifica 85 definições de ecoturismo e seus valores estão baseados tais como conservação, ética, sustentabilidade, educação e benefícios comunitários.

parecidos, carecendo de atrativos mais criativos, como por exemplo, de um museu paleontológico de propriedade de um agricultor ofertado na Ilha de Chiloé (Chile) ou da chamada feira viva que comercializa produtos *in natura* ou agroindustrializados oferecida na Acolhida na Colônia, com sede em Santa Rosa de Lima, Santa Catarina, que está com um projeto em curso de replicação no entorno da Lagoa de Ibiraquera. Além do mais, o produto agroturismo possui dificuldade de comercialização, carecendo de agências de turismo especializada, quadro este não muito diferente para os produtos ecoturismo e turismo cultural, e até mesmo para o turismo comunitário (SAMPAIO *et al.*, 2007b; 2005).

Embora o turismo comunitário tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a priori não o diferencia das três modalidades de turismo apontadas anteriormente, uma primeira característica que o diferencia é entender a atividade turística como um sub-sistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente. Ou seja, o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, o que poderia ser destacado como segunda característica. Irving e Azevedo (2002) se referem ao turismo comunitário como “turismo sustentável”, onde para ela, o desenvolvimento desta atividade exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. A terceira característica é a convivencialidade entre população originária residente (inclusive, não descartando os domiciliados não residentes, isto é, migrantes) e visitantes, incrustada em um arranjo socioprodutivo de base comunitária, fomentando redes de encadeamentos produtivos que se vale de arranjos institucionais, nos quais os próprios visitantes contribuem para seu fomento, como acontece na experiência da Micro-bacia do Rio Sagrado quando se interrelacionam vivências comunitárias como as da cozinha comunitária (agroindustrializa produtos), associação de artesãos (entre os quais produzem artesanato a partir da fibra da bananeira ou do cipó imbé), destilaria artesanal de cachaça e licores, laboratório de manipulação de ervas naturais e a feira de troca solidárias, reunindo moradores das comunidades com visitantes (CORIOLANO e LIMA, 2003; SAMPAIO 2004, SAMPAIO *et al.*, 2006).

A convivencialidade potencializa espaços produtivos não economicistas de ganho coletivo e que podem ser chamados de ecossocioeconômicos, como, por exemplo, clubes ou feiras de trocas solidárias e as plataformas de comércio justo. O comércio justo surge para assegurar uma nova relação, livre, direta e honesta entre três novos sujeitos econômicos:

produtores em vias de empobrecimento, geralmente excluídos ou com desvantagens no comércio praticado no âmbito da economia de mercado; consumidores solidários que estão dispostos a pagar um sobrepreço; e os intermediários sem ânimo de lucro. Nesta relação existe a perspectiva de contratos em longo prazo, baseados no respeito mútuo, de maneira que permita ao produtor e sua família viver mais dignamente (PLATAFORMA KOMYUNITI, 2005; ESPANICA, 2005). O Clube de Troca Solidária mediado ou não por uma moeda social tenta reconstruir o vínculo social entre produtores e consumidores, denominado por Lisboa e Faustino (2006), enquanto *prossumidores*, através da convivência e de laços de solidariedade. Quando não é possível o escambo de bens e serviços, vale-se de uma moeda social para facilitar a troca entre os sócios do clube.

3. Conclusões

Após vivenciar empiricamente o turismo comunitário nas Zonas Laboratórios e estudar outras experiências, verificou-se que as iniciativas são recentes e que a maioria delas está localizada em espaços naturais, considerados Unidades de Conservação. A gênese das experiências fica atrelada a projetos de finalidade socioambiental (de caráter sistêmico) e com a intenção premeditada de promover a atividade turística, mesmo se identificados com as modalidades tradicionais de turismo: turismo cultural, ecoturismo e agroturismo. A iniciativa dos projetos de turismo comunitário conta quase sempre com o apoio institucional de ONGs ou Universidades que, aliás, não se estranha, sobretudo em democracias políticas que não são necessariamente exemplos de democracia econômica - típicas dos países da América Latina, isto é: países que apresentam problemas de redistribuição de renda e de baixa escolaridade. Então, é compreensível, ao menos em um primeiro momento, que comunidades com desigualdades históricas se aproveitem da iniciativa de instituições formalizadas e melhores articuladas com as estruturas de poder político e econômico que mantêm interlocuções com as esferas do Estado, mercado e sociedade civil organizada, de modo que possam aproveitar das benesses de uma incubação, recebendo apoio gerencial e financeiro aportadas por tais instituições.

Assim, o turismo comunitário está organizado associativamente no âmbito territorial e é quase uma condicionante no processo de planejamento e implantação do turismo comunitário a realização de reuniões e seminários junto às comunidades locais. Contudo, na maioria dos casos, o associativismo comunitário não surge sempre como movimento espontâneo e autêntico, e sim como uma estratégia comunitária para enfrentar as forças da economia de mercado (para isto se organizam em cooperativas) e do Estado (se organizem em associação de moradores), o

que não implica necessariamente como algo ruim como se apontou no parágrafo anterior. Mesmo porque é notável nas experiências a falta de apoio dos governos municipais, tratando-se de comunidades afastadas das sedes de seus municípios, o que sugere certa correlação.

Conclui-se também que nos territórios que experimentam o turismo comunitário, existe uma preocupação significativa com aspectos relacionados ao patrimônio natural e cultural. Em alguns casos, acontecem de maneira paralela ou integram as experiências de turismo comunitário, cuja finalidade é de preservar a biodiversidade e conservar os modos de vida tradicionais. Não é novidade que as experiências analisadas sob a inspiração do turismo comunitário são implantadas em comunidades que estão localizadas distantes dos perímetros urbanos e, por isto, a acessibilidade, em um primeiro momento, possa parecer uma limitação à visitação. Por um lado, há o risco que estradas asfaltadas ou *free ways* acabarem gerando impactos como bem fazem à modalidade turismo de massa, e por outro, acabarem trazendo conforto e rapidez no transporte aos moradores locais. Contudo, acredita-se que o próprio deslocamento, mesmo com suas dificuldades implícitas, por mais estranho que pareça, faça parte do turismo comunitário.

Com tais aprendizados, surgem algumas qualificações para o conceito turismo comunitário. O termo estratégia de comunicação social para comunidades tradicionais é utilizado propositadamente de maneira que não confunda turismo comunitário como mais uma nova tipologia de atividade econômica, tal como as muitas já existentes, quando priorizam a qualquer custo à geração de trabalho e renda. Nessas experiências analisadas, a geração de trabalho e renda surge de base endógena e é produzida no próprio território, estando assim correlacionada com a possibilidade de se conservar seus modos de produção e as respectivas fontes de bens e serviços ambientais que, por sua vez, qualificam seus modos de vida e a biodiversidade no espaço natural. Resignifica-se a relação desenvolvimento e meio ambiente, tornando a problemática ambiental como eminentemente social.

Ao mesmo tempo, os visitantes têm a oportunidade de tomarem consciência de que existem alternativas ao modo de vida urbano. Sob tal perspectiva, o turismo comunitário possui uma vertente educativa quando os aprendizados vivenciados servem tanto para reforçar a auto-estima das comunidades receptoras. Seja a partir das feiras de trocas solidárias ou do comércio justo quanto para potencializar a superação das expectativas do visitante. Sobretudo na ocasião em que a relação socioeconômica entre visitado e visitante distancia-se do que se está acostumado pela lógica utilitarista (um ganha e o outro necessariamente não), possibilitando vivenciar uma relação social parametrizada na convivencialidade, mesmo se ainda tenha algum

caráter de relação econômica implícita que, aliás, não se vê problema nisto, na qual o sentido de tolerância a modos de vida é construído no aprender-a-fazer.

4. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. (Org.). *Construindo a ciência ambiental*. SP: Annablume; FAPESP, 2002.
- BARRETTO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.
- BERKES, Fikret. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA *et al.*. *Gestão Integrada e participativa de recursos naturais*. Florianópolis: Secco/APED, 2005.
- BLAMEL, R.. Ecotourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5, 109- 130, 1997.
- BLAMEL, R.. Principles of ecotourism. In WEAVER, D. (Ed.), *Encyclopedia of ecotourism* (p. 5-22). Wallingford, UK: CAB Internacional, 1997.
- COHEN, E.. Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 15, n.3, p. 371-386, 1988.
- CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- DIEGUES, A. C.. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira. USP: 2000.
- ESPANICA. *El comercio justo: origen y evolución*. Disponible en <http://www.nodo50.org/espanica/cjust.html#primeras>. Acesso em 20/jun/2005.
- GADGIL, Madhav. "Participatory local level assessment of life support systems". *Centre for Ecological Sciences. Indian Institute of Science. Technical Report*, n. 78, apr., 2000.
- GARROD, Brian e FYALL, Alan. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, v. 19, n. 3, p. 199-212, 1998.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GREENWOOD, D.. Cultural authenticity. *Cultural Survival Quarterly*, v. 6, n. 3, p. 27-28, 1982.
- GRÜNEWALD, R. A.. Tourism and cultural revival. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 4, p. 1004-1021, 2002.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 20, out., p.141-159, 2003.
- HERNANDEZ MAESTRO, R. *et al.*. The moderating role of familiarity in rural tourism in Spain. *Tourism Management*, v. 28, p. 951-964, 2007.
- HOBBS, T. *Leviatã* São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 2000.
- ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa: Europa-América, 1976.
- ILO, International Labour Organization. Convention concerning indigenous and tribal peoples in independent countries. *ILO*, n. 169, sep. 5, article 1. Basle: ILO, 1991.
- IRVING, M. e AZEVEDO, J.. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.
- JOHNSON, Martha C. *et al.*. "Towards an integrated approach to the conservation and sustainable use of biodiversity". *Human Ecology Review*, v. 10, n. 1, 2003.

- LAARMAN, J. e DURST, P.. Nature travel and tropical forests. *FREI Working Paper Serie*. Raleigh, NC, USA: North Carolina State University, 1987.
- LISBOA, A. M. e FAUSTINO, A. V.. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. In: IV Encontro Internacional de Economia Solidária do NESOL (USP), SP, 2006. *Anais ...*, SP, 2006.
- KIM, H. *et al.*. Understanding participation patterns and trends in tourism cultural attractions. *Tourism Management*, v. 28, p. 1366-1371, 2007.
- KIM, S. S. *et al.*. Tourism and political ideologies: a case of tourism in North Korea. *Tourism Management*, v. 28, p. 1031-1043, 2006.
- MAX-NEEF, M.. Foundations of transdisciplinarity. *Ecological Economics*, n. 53, p. 5-16, 2005.
- MCGEHEE, Nancy Gard. Alternative tourism and social movements. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 124-143, 2002.
- MERCER, David. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2002.
- NASH, Denninson. *Antropology of tourism*. New York: Pergamon, 1996.
- OYARZÚN, E. M. e CARCAMO, C. G. (Org.). *Análisis de la red agroturismo Chiloé*. Instituto de Turismo, Universidad Austral de Chile, 2001.
- MCGEHEE, Nancy Gard. Alternative tourism and social movements. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 124-143, 2002.
- MERCER, David. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2002.
- PAGDIN, C. Assessing tourism impacts in the third world. *Progress in Planning*, v. 44, 1995.
- PEARCE, Philip. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, William F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2002.
- Plataforma Komyuniti y el Comercio Justo. *Cooperativa Comercio Justo Chile*. Disponible em http://www.tiendacomerciojusto.cl/es_que_es_comercio_justo.php. Acesso em 16/jun/2005.
- POLANY, Michel. *The tacit dimension*. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1983.
- RYAN, Chris. Tourism and cultural proximity: examples from New Zealand. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 4, p. 952-971, 2002.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986a.
- SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986b.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo como fenômeno humano*. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2005.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. El turismo como fenómeno histórico. *Estudios y Perspectivas del Turismo*, v.13, p. 290 - 300, 2004.
- SAMPAIO, C. A. C. *et al.*. Acuerdo productivo local de base comunitaria como estrategia que promueve el ecodesarrollo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v.16, p.216 - 233, 2007a.
- SAMPAIO, C. A. C. *et al.*. Turismo comunitário. In: Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2007, João Pessoa (PB). *Anais ...*, João Pessoa (PB): UFPB, 2007b.

- SAMPAIO, C. A. C. *et al.*. Arranjo socioprodutivo local de base comunitária. In: III ANPPAS, 2006, Brasília (DF). *Anais ...*, Brasília, 2006.
- SCHAERER, J.; DIRVEN, M.. El turismo rural en Chile. CEPAL, *Serie Desarrollo Productivo*, n. 112, 2001.
- SCHEYVENS, Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Management*, v. 20, p. 245-249, 1999.
- VARELA, Francisco J.. *La habilidad ética*. Barcelona: Debate, 2003.
- VIEIRA, Paulo H. F. (Org.). *Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras*. Florianópolis: APED, 2003.
- VIEIRA, Paulo H. F.. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. *8ª Encontro Nacional de Ensino Agrícola*. Camboriú, SC, out., 2002.
- VIEIRA, Paulo H. F.; RIBEIRO, Mauricio A.. *Ecologia humana, ética e educação*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999.
- WEAVER, David B. e LAWTON, Laura J.. Twenty years on: the state of contemporary ecotourism research. *Tourism Management*, v. 28, p. 1168-1179, 2007.